

## AS RELAÇÕES DE GÊNERO ESTEREOTIPADAS NA PRÁTICA DOCENTE: UMA EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>

**Catarina de Cássia Moreira**

Discente do Curso de Pedagogia

Universidade Federal do Maranhão – [catherine.cassia@gmail.com](mailto:catherine.cassia@gmail.com)

**Sirlene Mota Pinheiro da Silva**

Doutora em Educação

Universidade Federal do Maranhão – [psirlenemp@gmail.com](mailto:psirlenemp@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho é resultante do processo de observação no Estágio em Docência da Educação Infantil, do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, realizado na U.E.B. Sofia Silva, escola da rede pública de São Luís/MA. Objetiva problematizar os papéis de gênero na prática educativa da educação infantil, bem como suas implicações no reforço das desigualdades sociais de gênero. Como metodologia foi realizada, principalmente, observação participante, tendo em vista o olhar sobre as práticas das professoras envolvidas no processo. Consta que os reforços aos estereótipos de gênero estão presentes na sala de aula, pois a professora tende a fortalecer os processos de desigualdades em suas práticas cotidianas. A separação de brinquedos e a organização de filas por gênero bem como demais aspectos observados intrinsecamente, corroboram para a construção de conceitos errôneos sobre e a distinção de papéis de acordo com o sexo biológico.

**Palavras-chave:** Gênero. Prática docente. Educação Infantil.

### 1 INTRODUÇÃO

Os papéis de gênero estereotipados são frequentemente reforçados através das práticas educativas, e a escola é um dos canais principais desta doutrinação, que visa impor finalidades, competências específicas e exclusivas aos gêneros. Objetivamos neste trabalho problematizar os papéis de gênero na prática educativa da educação infantil observados durante o Estágio Supervisionado de Docência da Educação Infantil, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Campus Don Delgado, em São Luís – MA, buscando relacionar essa prática com o reforço das desigualdades sociais de gênero, identificando no texto como as professoras lidam com os conceitos, muitos deles estereotipados, trazidos pelos/as alunos/as para o contexto escolar.

Durante o estágio houve diversos aspectos observados e analisados, desde a rotina, os documentos norteadores da instituição, o planejamento e até mesmo a estrutura física, entretanto o que mais nos inquietou foi a prática educativa no que tange as relações de gênero. A Unidade de Ensino Básico Sofia Silva se localiza no bairro da Vila Passos, na cidade de São Luís do Maranhão. Este bairro é caracterizado pela carência de saneamento básica, como a falta constante de água, falta de qualidade asfáltica, violência, tráfico de drogas e demais problemas sociais.

<sup>1</sup> Trabalho fruto do Estágio em Docência da Educação Infantil do curso de Pedagogia do Campus Universitário Dom Delgado (UFMA).

Isto posto, como forma de compreender o objeto em questão, faz-se necessário definir alguns dos conceitos voltados às questões de gênero e sexualidade, com destaque à padronização dos corpos pela sociedade.

## 2 GÊNERO E SEXUALIDADE: DEFININDO CONCEITOS

Antes de iniciarmos a discussão dos nossos objetivos, entendemos ser importante trazer à tona alguns conceitos básicos para distinguir e evidenciar os campos deste estudo. Primeiramente trazemos o conceito de gênero, conforme analisado por Carvalho et al (2016), no Manual de Direitos Humanos das Mulheres e das Pessoas LGBTQI<sup>2</sup>, ao destacar que gênero designa o conjunto de sentidos atribuídos a corpos e identidades/subjetividades; e, por extensão, a objetos, espaços e práticas materiais e simbólicos denominados femininos e masculinos, de forma dicotômica e hierárquica.

Identidade de gênero dá significado aos corpos e expressões desempenhadas na sociedade, se diferenciando do determinismo biológico onde se diz, por exemplo, que homens possuem pênis e mulheres detém vagina. O sexo biológico apenas determina a diferenciação entre os órgãos genitais, os sistemas reprodutores e suas especificidades. No entanto, o sexo não deveria influir diretamente nas relações sociais, como a escolha de estilos de vida, condições sexuais, expressões de gênero<sup>3</sup>, dentre outras.

A sexualidade, conforme ressalta Toneli (2012, p. 152) diz respeito “aos prazeres e às fantasias ocultos, aos excessos perigosos para o corpo e passou a ser considerada como a essência ‘do ser humano individual e núcleo da identidade pessoal’”. A sexualidade não é única para todos, pois é inerente a cada ser humano, ela contempla os prazeres, não apenas os de cunho sexual, mas também os prazeres das atividades diárias, como ler livros, cozinhar, fazer exercícios, é o prazer direcionado as diversas atividades. Nesta grande área que é a sexualidade, temos a condição sexual, que neste momento podemos definir como os prazeres sexuais e afetivos, que definem a pessoa ou objeto que o indivíduo se atrai, podendo ser gay, lésbica, heterossexual, bissexual, pansexual, assexual e dentre outras especificidades.

---

<sup>2</sup> **LGBTQI** trata-se da sigla utilizada pelas autoras para designar pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras, queer e intersex (CARVALHO et al, 2016)

<sup>3</sup> **Expressão de gênero** é a maneira como o indivíduo demonstra o seu gênero (baseado em papéis tradicionais) através da sua forma de agir, vestir, se comportar e interagir.

## 2.1 A Sociedade padronizadora de corpos

Vivemos em uma sociedade patriarcal<sup>4</sup> que define e estabelece os padrões a serem seguidos, sejam eles pela forma de se vestir, se portar ou até mesmo “quem amar”. Este padrão fere o direito de liberdade e exclui os indivíduos que se opõem a esta norma pré-estabelecida.

Se você nasce com um pênis, você é obrigado a seguir as normas deste sexo, sendo másculo, violento, utilizar-se de vestimentas estabelecidas a este sexo e praticar determinadas ações. Nascemos e logo nos determinam um destino, pais, mães e responsáveis já traçam determinados caminhos a serem seguidos, segundo Louro (2004, p. 15) a declaração “É uma menina!” ou “É um menino!”, também começa uma espécie de “viagem”, ou melhor, instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo.

A sociedade não apenas tolhe o que é “diferente”, mas também exerce uma função sexista<sup>5</sup> e misógina<sup>6</sup>, pois trata as mulheres de forma inferior e discriminatória, historicamente esta mulher foi tolhida e apenas permitida dentro dos lares, cuidando dos filhos e da casa, não podendo assim realizar demais tarefas profissionais e remuneratórias para obter a sua ascensão e liberdade social. Como afirma Carvalho (2016, p. 14):

Na história conhecida, as relações de gênero têm sido de dominação masculina. Têm se expressado em casos extremos, porém corriqueiros, como violência explícita nos mundos público (guerras) e privado (violência doméstica e sexual); como competição econômica com seus saldos cruéis de exclusão e miséria.

A cultura brasileira, assim como de diversos países está impregnada de normas e preconceitos no que tange as diferenças e a liberdade de ser, e estes conceitos errôneos são reforçados por diversos aparelhos repressivos como a polícia, magistratura e exercito, e principalmente através da doutrinação dos aparelhos ideológicos como a escola, família e a igreja (ALTHUSSER, 1970 apud LINHARES et al., 2005, p. 7) afirmam que o Estado, representante da classe dominante, ditará as regras e as normas de convivência, o padrão, o dito normal e o

---

<sup>4</sup>**Patriarcado** é o sistema social baseado na autoridade do homem nas esferas pública e privada. É sustentado ideologicamente pela heterossexualidade compulsória, violência masculina, socialização de papeis de gênero e modos de organização da vida e do trabalho em que os homens dominam as mulheres economicamente, sexualmente e culturalmente, a partir do lar (ABERCROMBIE et al., 1994 apud CARVALHO, 2009).

<sup>5</sup>**Sexismo** significa discriminação de sexo; historicamente, interiorização das mulheres e consequente detenção de poderes e privilégios pelos homens (CARVALHO et al., 2016, p. 10).

<sup>6</sup>**Misoginia** é a aversão e depreciação a tudo que é ligado à feminilidade e às mulheres, implicando violência simbólica contra as mulheres e suas produções culturais (CARVALHO, et al., 2016, p. 10).

transgressor, por meio de seus aparelhos, práticas jurídicas, exército, polícia, os tribunais, força repressiva.

### **3 A PRÁTICA EDUCATIVA DAS PROFESSORAS**

As instituições escolares são de fato reprodutoras de ideologias, e possuem uma grande influência na formação do aluno, pois é nela que a criança passa grande parte da carga horária do seu dia. O/A professor/a se torna o/a mediador/a principal deste processo, é ele/a que articulará os conteúdos previstos nos documentos norteadores, com os temas transversais. Falar sobre gênero ou intervir em suas relações vai depender da proposta da instituição e da iniciativa do/a professor/a, pois gênero não se trata de um conteúdo específico, e sim de um tema que está presente em todas as áreas do conhecimento, e que pode ser trabalhado e problematizado de diversas formas.

No momento de observação do estágio supervisionado, foram detectadas diversas práticas educativas que influenciam diretamente no reforço das desigualdades sociais de gênero, no momento em que as professoras tendem a estabelecer distinção entre meninos e meninas, na hora de formar filas ou até mesmo para realizar atividades em grupo. Observamos esta mesma distinção na hora da brincadeira livre, onde é imposto aos meninos determinados tipos de brinquedo, e para meninas a mesma situação, brinquedos aos quais historicamente são definidos por gênero.

O patriarcado estabelece também uma relação de desigualdade a partir da infância, quando expõe exclusivamente as meninas a brincadeiras de casinha e cuidados aos bebês, incentivando esta criança a ocupar apenas os espaços domésticos e sem expectativa de crescimento profissional. Em contrapartida o menino possui a experiência de brincar com kits de médico, bombeiros, imaginar ser um super-herói, que sempre salva a princesa indefesa das garras do perigo. Estas experiências formam futuros “homens” que não sabem serem pais, não sabem desempenhar os afazeres domésticos, totalmente dependentes de uma mulher submissa e que servirá além de uma esposa, mas também uma empregada. Segundo Carvalho (2009, p. 21):

A luta histórica por cidadania e igualdade de direitos busca superar as desigualdades sociais e políticas baseadas nas diferenças de várias ordens entre pessoas. As mulheres lutaram por direito à educação, ao voto, à independência econômica, igualdade salarial e acesso às profissões e cargos valorizados; por direitos sexuais e reprodutivos; pela partilha do trabalho doméstico; e pela paridade na representação política entre homens e mulheres. Algumas dessas lutas continuam.

A criança que inocentemente fugir deste padrão do “brincar”, sofrerá indagações dos colegas e repressões das professoras, que incitam o desprazer pela diferença. Este momento podemos comparar esta situação ao mundo adulto, quando uma pessoa que determinado gênero,

tenta utilizar-se de aspectos e objetos determinados ao gênero oposto, este indivíduo sofrerá discriminações por sua escolha, e por querer desempenhar a diversidade, como afirma Foucault (2015, p.8) e se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções.

No que tange a sexualidade, professores/as e educadores/as têm receio ao falar destas questões, mas é claro que falar destes temas não incentivará as crianças a iniciar precocemente suas vidas sexuais, mas sim deixará de ser um tabu e ao invés de se informarem em outros espaços, por vezes inadequados, voltados aos saberes do senso comum, sendo muitos deles estereotipados, estarão se informando com profissionais, com conhecimento científico e que visam combater preconceitos e discriminações.

Deborah Britzman (2011) lembra alguns dos medos que assombram educadores e educadoras profissionais, pais e mães ao lidar com questões da sexualidade. Um deles é supor que falar sobre homossexualidade pode levar garotos e garotas a se tornarem homossexuais; outro receio é de que aquele ou aquela que fala sobre essa prática em termos simpáticos ou não preconceituosos possa vir a ser reconhecido como gay ou lésbica. Para escapar desse suposto “perigo”, muitos adultos preferem dizer que não sabem nada sobre a homossexualidade, que não entendem disso, ainda que essa afirmação possa significar uma demonstração de ignorância da sexualidade. Esse tipo de atitude – “não tenho nada a ver com isso” – nega o fato de que as identidades sexuais são, todas, interdependentes, quer dizer, nega que as identidades sexuais (como qualquer identidade) se fazem em relação umas com as outras. Conforme destaca Louro (2011), para que alguém possa dizer eu sou heterossexual, ele ou ela precisará, necessariamente, lidar com a identidade homossexual – ainda que seja para negá-la, para dizer o que ele ou ela não é. A diferença é sempre construída numa relação.

#### **4 O QUE TEMOS A CONSTATAR?**

Constatamos que a escola pública em questão, nosso campo de estudos, está impregnada de referências e conceitos intolerantes e fundamentalistas no que tange ao tratamento as diversidades. Ainda trazemos na bagagem uma educação cristã colonial, que visa a imposição de uma ideologia de vida restrita aos preceitos de uma religião em questão.

Primeiramente devemos colocar em pauta que de acordo com a Constituição Federal de 1988 no Capítulo I, Art. 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade [...]”, e reafirma este direito no inciso I do mesmo artigo que, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]”. A partir destes princípios estabelecidos por lei no Brasil, homens e mulheres possuem os mesmos direitos e deveres, tendo que serem oferecidos às mesmas oportunidades de aprendizado e de carreira profissional, bem como de especificidades pessoais. Mas é perceptível que professores/as com o consentimento da gestão, promovem diferenciações dentro do contexto educacional, que por mais “simples” que possam ser, colaboram de forma extrema nas desigualdades sociais de gênero.

Observamos também a deficiência na formação das professoras no que tange as questões de gênero, muitas delas não compreendem os termos e relações de poder que há intrínsecas nesse processo. A gestão erra ao deixar à parte a conscientização dos pais e mães, só ela poderá ter um acesso maior através de reuniões, encontros e debates a eles/as, dando oportunidades de aprendizados e problematizações.

#### REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de et al. **Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: Inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. 74p.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Inclusão da perspectiva de gênero na educação e na formação docente.** Belo Horizonte: FUNDEP, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J. A. Albuquerque. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- LINHARES, Luciano Lempek. **Althusser: a escola como aparelho ideológico de estado.** Paraná: PUCPR, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade.** Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan. /jul. 2011.
- TONELI, Maria Juracy Filgueiras Toneli. **Gênero e sexualidade: história, condições e lugares.** Scielo Books. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167.